

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO DIREITO CIVIL

- 1.1 Fontes do direito
 - 1.1.1 Princípios gerais do direito
 - 1.1.2 Lei
 - 1.1.3 Jurisprudência
 - 1.1.4 Costume
- 1.2 Dicotomia entre o direito público e o direito privado
- 1.3 O fenômeno da codificação

Capítulo 2 – ESTRUTURA DO DIREITO CIVIL

Capítulo 3 – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

- 3.1 Noções gerais
- 3.2 Princípios atribuídos às normas
- 3.3 Vigência e revogação das normas jurídicas
- 3.4 Conflito de normas (antinomias)
- 3.5 Preenchimento de lacunas (integração das normas jurídicas)
 - 3.5.1 Analogia
 - 3.5.2 Costume
 - 3.5.3 Princípios gerais de direito
 - 3.5.4 Equidade
- 3.6 Eficácia da lei no espaço

Capítulo 4 – PESSOA NATURAL OU FÍSICA

- 4.1 Conceito
- 4.2 Existência e aquisição de personalidade
- 4.3 Capacidade jurídica
- 4.4 Incapacidade
 - 4.4.1 O reconhecimento das incapacidades e a ação de interdição
 - 4.4.2 Tomada de decisão apoiada
 - 4.4.3 A cessação da incapacidade e a emancipação
- 4.5 Extinção da pessoa natural
- 4.6 Individualização da pessoa natural
 - 4.6.1 Nome
 - 4.6.2 Estado
 - 4.6.3 Domicílio

Capítulo 5 – DIREITOS DA PERSONALIDADE

- 5.1 Conceito
- 5.2 Direitos da personalidade x liberdades públicas

- 5.3 Natureza jurídica
- 5.4 Origem e evolução
- 5.5 Titularidade
- 5.6 Características
- 5.7 Espécies
- 5.8 Proteção

Capítulo 6 – PESSOA JURÍDICA

- 6.1 Conceito
- 6.2 Características
- 6.3 Natureza jurídica
- 6.4 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica (PJ)
- 6.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica
- 6.6 Responsabilidade civil e penal da pessoa jurídica
- 6.7 Consequências da personificação
- 6.8 Grupos despersonalizados
- 6.9 Classificação da pessoa jurídica
- 6.10 Desconsideração da personalidade jurídica
- 6.11 Extinção da pessoa jurídica

Capítulo 7 – BENS

- 7.1 Noções gerais
- 7.2 Classificação dos bens
 - 7.2.1 Bens considerados em si mesmos
 - 7.2.2 Bens reciprocamente considerados
 - 7.2.2.1 Espécies de bens acessórios
 - 7.2.3 Bens em relação ao seu titular
 - 7.2.4 Bens em relação à sua suscetibilidade de alienação
 - 7.2.5 Bem de família

Capítulo 8 – FATO JURÍDICO, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO

- 8.1 Noções introdutórias
- 8.2 Negócio jurídico
- 8.3 Teorias do negócio jurídico
- 8.4 Classificação dos negócios jurídicos
 - 8.4.1 Quanto às vantagens que produzem
 - 8.4.2 Quanto às formalidades
 - 8.4.3 Quanto ao conteúdo
 - 8.4.4 Quanto ao número e sentido da manifestação da vontade
 - 8.4.5 Quanto ao tempo em que produzem efeitos
 - 8.4.6 Quanto aos seus efeitos
 - 8.4.7 Quanto à sua existência
 - 8.4.8 Quanto ao exercício dos direitos
- 8.5 Elementos do negócio jurídico
 - 8.5.1 Elementos acidentais (ou modalidades do negócio jurídico)
 - 8.5.1.1 Condição (arts. 121 a 130)
 - 8.5.1.1.1 Classificação das condições

- 8.5.1.2 Termo
- 8.5.1.3 Encargo
- 8.6 Planos do negócio jurídico
 - 8.6.1 Plano da existência
 - 8.6.2 Plano da validade
 - 8.6.3 Plano da eficácia
- 8.7 Defeitos do negócio jurídico
 - 8.7.1 Erro ou ignorância (arts. 138 a 144)
 - 8.7.2 Dolo (arts. 145 a 150)
 - 8.7.3 Coação (arts. 151 a 155)
 - 8.7.4 Lesão (art. 157)
 - 8.7.5 Estado de necessidade
 - 8.7.6 Estado de perigo (art. 156)
 - 8.7.7 Fraude contra credores (arts. 158 a 165)
 - 8.7.7.1 Hipóteses legais de fraude contra credores
 - 8.7.7.2 Sujeitos envolvidos
 - 8.7.7.3 Requisitos
 - 8.7.7.4 Ação pauliana
 - 8.7.8 Simulação (art. 167)
- 8.8 Plano da invalidade do negócio jurídico
 - 8.8.1 Nulidade (nulidade absoluta)
 - 8.8.2 Anulabilidades (nulidades relativas)
 - 8.8.3 Quadro comparativo entre nulidades e anulabilidades
- 8.9 Conversão do negócio jurídico

Capítulo 9 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

- 9.1 Prescrição
 - 9.1.1 Teorias
 - 9.1.2 Requisitos
 - 9.1.3 Espécies
 - 9.1.4 Fluxo do prazo prescricional
- 9.2 Decadência
- 9.3 Critérios distintivos entre prescrição e decadência

Capítulo 10 – OBRIGAÇÕES

- 10.1 Conceito
- 10.2 Elementos constitutivos da obrigação
 - 10.2.1 Elemento subjetivo (sujeitos ou partes)
 - 10.2.2 Elemento objetivo (objeto ou prestação)
 - 10.2.3 Elemento ideal (vínculo ou relação jurídica)
- 10.3 Classificação
 - 10.3.1 Obrigação natural (ou imperfeita) e obrigação civil
 - 10.3.2 Obrigações ambulatorias, mistas (reais, *in rem*, *ob rem* ou *propter rem*) e obrigações com eficácia real
- 10.4 Obrigação como processo
- 10.5 Modalidades
 - 10.5.1 Obrigação de dar
 - 10.5.1.1 Obrigações de dar coisa certa

- 10.5.1.1.1 Obrigações de restituir
- 10.5.1.1.2 Obrigações de dar dinheiro
- 10.5.1.2 Obrigações de dar coisa incerta
- 10.5.2 Obrigações de fazer
- 10.5.3 Obrigações de não fazer
- 10.6 Classificação especial das obrigações
 - 10.6.1 Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos)
 - 10.6.1.1 Solidariedade ativa
 - 10.6.1.2 Solidariedade passiva
 - 10.6.1.3 Subsidiariedade
 - 10.6.2 Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação)
 - 10.6.2.1 Obrigações alternativas
 - 10.6.2.2 Obrigações facultativas
 - 10.6.2.3 Obrigações cumulativas
 - 10.6.2.4 Obrigações divisíveis e indivisíveis
 - 10.6.2.5 Obrigações líquidas e ilíquidas
 - 10.6.3 Classificação especial quanto ao elemento acidental
 - 10.6.3.1 Obrigações condicionais
 - 10.6.3.2 Obrigações a termo
 - 10.6.3.3 Obrigações modais
 - 10.6.4 Classificação especial quanto ao conteúdo
 - 10.6.4.1 Obrigações de meio
 - 10.6.4.2 Obrigação de resultado
 - 10.6.4.3 Obrigações de garantia
- 10.7 Transmissão das obrigações
 - 10.7.1 Da cessão de crédito
 - 10.7.2 Da assunção de dívida ou cessão de débito
 - 10.7.3 Cessão de contrato ou cessão de posição contratual

Capítulo 11 – ADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 11.1 Pagamento
 - 11.1.1 Elementos subjetivos do pagamento: *solvens* e *accipiens*
 - 11.1.2 Elementos objetivos do pagamento: do objeto e da prova do pagamento
 - 11.1.3 Lugar do pagamento
 - 11.1.4 Tempo do pagamento

Capítulo 12 – EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO

- 12.1 Consignação em pagamento
 - 12.1.1 Natureza jurídica do pagamento em consignação
 - 12.1.2 Hipóteses de ocorrência
 - 12.1.3 Requisitos de validade
 - 12.1.4 Possibilidade de levantamento do depósito
 - 12.1.5 Consignação de coisa certa e de coisa incerta
 - 12.1.6 Despesas processuais
 - 12.1.7 Prestações periódicas
 - 12.1.8 Regras procedimentais para a consignação em pagamento
- 12.2 Pagamento com sub-rogação
 - 12.2.3 Efeitos jurídicos da sub-rogação

- 12.3 Imputação do pagamento
 - 12.3.1 Conceito e requisitos
 - 12.3.2 Imputação do credor e imputação legal
- 12.4 Dação em pagamento (*datio in solutum*)
 - 12.4.1 Requisitos
 - 12.4.2 Evicção da coisa dada em pagamento
 - 12.4.3 *Datio pro solvendo*
- 12.5 Novação
 - 12.5.1 Requisitos
 - 12.5.2 Espécies
 - 12.5.3 Efeitos da novação
- 12.6 Compensação
 - 12.6.1 Regras aplicáveis à compensação
 - 12.6.2 Impossibilidade de compensação
- 12.7 Confusão
- 12.8 Remissão
 - 12.8.1 Requisitos
 - 12.8.2 Características

Capítulo 13 – INADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES

- 13.1 Inadimplemento absoluto das obrigações
- 13.2 Inadimplemento relativo das obrigações: a mora
 - 13.2.1 Purgação e cessação da mora
- 13.3 Perdas e danos
 - 13.3.1 Consequências do inadimplemento culposos da obrigação
 - 13.3.2 Perdas e danos
- 13.4 Dano moral
- 13.5 Juros
 - 13.5.1 Conceito
 - 13.5.2 Espécies
 - 13.5.3 Limite da taxa de juros
 - 13.5.4 Termo inicial para a incidência dos juros
- 13.6 Cláusula penal
 - 13.6.1 Conceito
 - 13.6.2 Natureza jurídica
 - 13.6.3 Funções
 - 13.6.4 Valor da cláusula penal
 - 13.6.5 Espécies de cláusula penal
 - 13.6.6 Cláusula penal e pluralidade de devedores
 - 13.6.7 Cláusula penal e institutos afins
- 13.7 Arras confirmatórias e arras penitenciais
 - 13.7.1 Conceito e natureza jurídica
 - 13.7.2 Arras confirmatórias (arts. 417, 418 e 419)
 - 13.7.3 Arras penitenciais (arts. 417 e 420)
 - 13.7.4 Funções das arras

CAPÍTULO 14 – ATO ILÍCITO

- 14.1 Conceito de ato ilícito

- 14.2 Elementos do ato ilícito
- 14.3 Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude
- 14.4 Excludentes de ilicitude
 - 14.4.1 Espécies de excludentes
- 14.5 Abuso de direito
 - 14.5.1 Conceito
 - 14.5.2 O abuso de direito e sua relação com a boa-fé objetiva
 - 14.5.3 Requisitos do abuso de direito
 - 14.5.4 Modalidades específicas de atos abusivos

Capítulo 15 – RESPONSABILIDADE CIVIL

- 15.1 Conceito
- 15.2 Elementos da responsabilidade civil
 - 15.2.1 Conduta humana
 - 15.2.2 Dano
 - 15.2.2.1 Requisitos do dano
 - 15.2.2.2 Categorias do dano
 - 15.2.2.3 Questões especiais envolvendo o dano
 - 15.2.3 Nexo de causalidade
 - 15.2.3.1 Teorias que fundamentam o nexo de causalidade
 - 15.2.3.2 Concausas
 - 15.2.3.3 Causalidade na omissão
- 15.3 Excludentes de ilicitude
- 15.4 Culpa *lato sensu*
- 15.5 Distinções entre os tipos de responsabilidades
 - 15.5.1 Responsabilidade contratual e extracontratual
 - 15.5.2 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva
- 15.6 Responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002
- 15.7 Responsabilidade indireta
 - 15.7.1 Responsabilidade por ato de terceiro
 - 15.7.2 Casos específicos de responsabilidade por ato de terceiro
 - 15.7.2.1 Pais pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e companhia (art. 932, I)
 - 15.7.2.2 Tutor e curador pelos pupilos e curatelados que se acharem na mesma condição (art. 932, II)
 - 15.7.2.3 Empregador ou comitente por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele (art. 932, III)
 - 15.7.2.4 Donos de hotéis, hospedeiros, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos dentro de uma esfera restrita de vigilância (art. 932, IV)
 - 15.7.2.5 Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia (art. 932, V)
 - 15.7.3 Direito de regresso na responsabilidade civil por ato de terceiro
 - 15.7.4 Responsabilidade pelo fato da coisa ou do animal
 - 15.7.5 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado por ato de terceiros
- 15.8 Responsabilidade civil no campo do direito do trabalho
 - 15.8.1 Responsabilidade civil do empregador prevista no art. 932, III, do CC/2002
 - 15.8.2 Excludentes da responsabilidade do empregador ou comitente e a ação de regresso
 - 15.8.3 Responsabilidade civil do empregador por acidente de trabalho

Capítulo 16 – CONTRATOS

- 16.1 Princípios contratuais
 - 16.1.1 Princípio da autonomia da vontade
 - 16.1.2 Princípio da obrigatoriedade
 - 16.1.3 Princípio da relatividade dos efeitos dos contratos
 - 16.1.4 Princípio da função social do contrato
 - 16.1.5 Princípio da boa-fé objetiva
- 16.2 Classificação dos contratos
- 16.3 Contratos em geral
 - 16.3.1 Disposições gerais relacionadas aos contratos
- 16.4 Interpretação
- 16.5 Extinção dos contratos (arts. 472 a 480)
- 16.6 Disposições especiais
- 16.7 Vícios redibitórios (arts. 441 a 446)
- 16.8 Evicção (arts. 447 a 457)
- 16.9 Contratos em espécie
 - 16.9.1 Compra e venda (arts. 481 a 532)
 - 16.9.1.1 Elementos constitutivos
 - 16.9.1.2 Restrições à compra e venda
 - 16.9.1.3 Regras especiais da compra e venda
 - 16.9.1.4 Cláusulas especiais ou pactos adjetos
 - 16.9.2 Troca ou permuta (art. 533)
 - 16.9.3 Contrato estimatório (arts. 534 a 537)
 - 16.9.4 Doação (arts. 538 a 544)
 - 16.9.4.1 Espécies de doação
 - 16.9.4.1.1 Hipóteses de irrevogabilidade por ingratidão (art. 564)
 - 16.9.5 Locação de coisas (arts. 565 a 578)
 - 16.9.5.1 A locação na Lei 8.245/1991
 - 16.9.6 Empréstimo
 - 16.9.6.1 Do comodato (arts. 579 a 585)
 - 16.9.6.2 Mútuo (arts. 586 a 592)
 - 16.9.6.2.1 Mútuo feneratício (ou mercantil)
 - 16.9.7 Prestação de serviços (arts. 593 a 609)
 - 16.9.8 Empreitada (arts. 610 a 626)
 - 16.9.8.1 Subempreitada
 - 16.9.9 Depósito (arts. 627 a 652)
 - 16.9.9.1 Direitos e deveres do depositário
 - 16.9.9.2 Direitos e deveres do depositante
 - 16.9.9.3 Da prisão do depositário infiel
 - 16.9.9.4 Extinção do depósito
 - 16.9.10 Mandato (arts. 653 a 692)
 - 16.9.10.1 Submandato
 - 16.9.10.2 Obrigações do mandatário
 - 16.9.10.3 Obrigações do mandante
 - 16.9.11 Contrato de fiança (arts. 818 a 839)
 - 16.9.11.1 Efeitos e regras
 - 16.9.11.2 Hipóteses de extinção da fiança (arts. 837 a 839)

16.9.12 Contrato de seguro (arts. 757 a 777)

16.10 Atos unilaterais

16.10.1 Promessa de recompensa (arts. 854 a 860)

16.10.2 Gestão de negócios (arts. 861 a 875)

16.10.3 Pagamento indevido (arts. 876 a 883)

16.10.4 Enriquecimento sem causa (arts. 884 a 886)

Capítulo 17 – DIREITOS REAIS

17.1 Noções introdutórias

17.2 Classificação

17.3 Da posse

17.3.1 Termos especiais sobre a posse

17.3.2 Natureza jurídica da posse

17.3.3 Classificações da posse

17.3.4 Aquisição e transmissão da posse

17.3.4.1 Aquisição da posse

17.3.4.2 Transmissão da posse

17.3.5 Dos efeitos da posse (arts. 1.210 a 1.222)

17.3.5.1 Proteção possessória

17.3.5.2 Percepção dos frutos (arts. 1.214 a 1.216)

17.3.5.3 Indenização pelas benfeitorias e direito de retenção

17.3.5.4 Indenização dos prejuízos

17.3.5.5 Usucapião

17.3.6 Composse

17.3.7 Perda da posse

17.4 Propriedade

17.4.1 Faculdades do direito de propriedade

17.4.2 Atributos da propriedade

17.4.3 Função social da propriedade

17.4.4 Limitações de ordem privada

17.4.5 Limitações de ordem administrativa e social

17.4.6 Da aquisição da propriedade (modos)

17.4.6.1 Da aquisição da propriedade imóvel

17.4.6.1.1 Usucapião

17.4.6.1.1.1 Requisitos

17.4.6.1.1.2 Espécies de usucapião

17.4.6.1.2 Registro

17.4.6.1.3 Atributos do registro

17.4.6.1.4 Acesso (art. 1.248)

17.4.6.2 Modos de aquisição da propriedade móvel

17.4.7 Modos de perda da propriedade

17.4.8 Da propriedade resolúvel (arts. 1.359 e 1.360)

17.4.9 Da propriedade fiduciária (arts. 1.361 a 1.368-B)

17.5 Direito de vizinhança

17.6 Condomínio

17.6.1 Condomínio voluntário

17.6.1.1 Da administração do condomínio

- 17.6.2 Do condomínio necessário
- 17.6.3 Do condomínio edilício
 - 17.6.3.1 Da administração do condomínio
 - 17.6.3.2 Da extinção do condomínio
- 17.7 Direitos reais na coisa alheia de gozo e fruição
 - 17.7.1 Superfície (arts. 1.369 a 1.377)
 - 17.7.1.1 Modos de constituição do direito de superfície
 - 17.7.1.2 Transferência do direito de superfície (art. 1.372)
 - 17.7.1.3 Extinção do direito de superfície
 - 17.7.2 Servidão (arts. 1.378 a 1.389)
 - 17.7.3 Usufruto
 - 17.7.3.1 Direitos e deveres do usufrutuário
 - 17.7.3.2 Da extinção do usufruto
 - 17.7.4 Uso
 - 17.7.5 Habitação
- 17.8 Direitos reais de garantia
 - 17.8.1 Penhor
 - 17.8.1.1 Dos direitos e das obrigações do credor pignoratício
 - 17.8.1.2 Da extinção do penhor
 - 17.8.1.3 Do penhor rural
 - 17.8.1.4 Do penhor industrial e mercantil
 - 17.8.1.5 Do penhor de direitos e títulos de crédito
 - 17.8.1.6 Do penhor de veículos
 - 17.8.1.7 Do penhor legal
 - 17.8.2 Hipoteca
 - 17.8.2.1 Da hipoteca legal
 - 17.8.2.2 Do registro da hipoteca
 - 17.8.2.3 Da extinção da hipoteca
 - 17.8.3 Anticrese

Capítulo 18 – DIREITO DE FAMÍLIA

- 18.1 Concepções sobre o direito de família
- 18.2 Princípios do direito de família
 - 18.2.1 Princípio da igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges
 - 18.2.2 Princípio da paternidade responsável e do planejamento familiar
 - 18.2.3 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente
 - 18.2.4 Princípio da pluralidade das entidades familiares
- 18.3 Do casamento
 - 18.3.1 Noções gerais
 - 18.3.2 Características do casamento
 - 18.3.3 Do procedimento para o casamento
 - 18.3.3.1 Da capacidade para o casamento
 - 18.3.3.2 Do processo de habilitação para o casamento
 - 18.3.3.3 Da celebração do casamento
 - 18.3.4 Das provas do casamento
 - 18.3.5 Dos impedimentos
 - 18.3.6 Das causas suspensivas

- 18.3.7 Da invalidade do casamento
 - 18.3.7.1 Causas de nulidade
 - 18.3.7.2 Causas de anulabilidade
- 18.3.8 Da eficácia do casamento
- 18.3.9 Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal
- 18.4 Parentesco
 - 18.4.1 Disposições gerais acerca da relação de parentesco
 - 18.4.2 Filiação
 - 18.4.3 Do reconhecimento dos filhos
- 18.5 Do poder familiar
 - 18.5.1 Do exercício do poder familiar
 - 18.5.2 Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores
 - 18.5.3 Suspensão, perda e extinção do poder familiar
- 18.6 Do regime de bens
 - 18.6.1 Do regime de bens entre os cônjuges
 - 18.6.2 Do regime de comunhão parcial de bens
 - 18.6.3 Do regime de comunhão universal de bens
 - 18.6.4 Do regime de participação final nos aquestos
 - 18.6.5 Do regime de separação de bens
- 18.7 Dos alimentos
- 18.8 Do bem de família
- 18.9 Da união estável
- 18.10 Da tutela e curatela
 - 18.10.1 Da tutela
 - 18.10.1.1 Dos incapazes de exercer a tutela e da escusa dos tutores
 - 18.10.1.2 Do exercício da tutela
 - 18.10.1.3 Da cessação da tutela
 - 18.10.1.4 Da administração dos bens do tutelado
 - 18.10.2 Da curatela

Capítulo 19 – DA SUCESSÃO EM GERAL

- 19.1 Noções acerca das disposições gerais da sucessão
- 19.2 Da herança e de sua administração
- 19.3 Da vocação hereditária
- 19.4 Da aceitação e renúncia da herança
- 19.5 Dos excluídos da sucessão
- 19.6 Da herança jacente
- 19.7 Da petição de herança
- 19.8 Da sucessão legítima
 - 19.8.1 Dos herdeiros necessários
 - 19.8.2 Do direito de representação
 - 19.8.3 Da ordem da vocação hereditária
- 19.9 Da sucessão testamentária
 - 19.9.1 Do testamento em geral
 - 19.9.2 Da capacidade de testar
 - 19.9.3 Dos codicilos
 - 19.9.4 Das disposições testamentárias

- 19.9.5 Das formas do testamento
 - 19.9.5.1 Das formas ordinárias
 - 19.9.5.2 Das formas especiais
- 19.9.6 Dos legados
 - 19.9.6.1 Dos efeitos do legado e do seu pagamento
 - 19.9.6.2 Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários
- 19.9.7 Das substituições
- 19.9.8 Da deserdação
- 19.9.9 Da revogação do testamento
- 19.9.10 Do rompimento do testamento
- 19.9.11 Do testamenteiro
- 19.10 Do inventário e da partilha
 - 19.10.1 Do Inventário
 - 19.10.2 Dos sonegados
 - 19.10.3 Do pagamento das dívidas
 - 19.10.4 Da colação
 - 19.10.5 Da partilha
 - 19.10.5.1Da anulação da partilha

BIBLIOGRAFIA